

# O “roubo” do futuro

Donald Stewart Jr.

22 SET 1987

“... esse dia há de chegar,  
antes do que você pensa”  
Chico Buarque

**S**ão demais as inevitáveis consequências que teremos de suportar, nós, os brasileiros, em virtude das tolices que vêm sendo cometidas pelos nossos dirigentes, não apenas, é claro, pelos da Nova República, se bem que estes já configurem uma situação de overdose. São tolices que decorrem da ideologia dominante em nosso país que, há muito tempo, para todos os problemas, adota, como pretensa solução, algum tipo de intervenção estatal.

Algumas dessa consequências são facilmente percebidas por nos afetarem diretamente: são mercadorias mais caras, são serviços piores, é a inflação, a pobreza, a insegurança. Mas existe uma outra consequência, especialmente perversa, que geralmente não é bem percebida e menos ainda pelos mais jovens que são e serão os maiores prejudicados. Refiro-me ao “roubo” do futuro. Do futuro que teríamos, que poderíamos ter e que não teremos. Do futuro em que o salário será menor do que poderia ser, em que a expectativa de vida será menor do que deveria ser, se tivéssemos usado a nossa capacidade de poupança para realizar investimentos produtivos.

Se nos roubam o relógio ou a carteira, ou a casa, protestamos imediatamente, corremos atrás do ladrão, damos queixa à polícia. Fazemos algo para evitar o roubo ou para recuperar o que foi roubado. Manifestamos, de alguma forma, a nossa indignação. Mas, quando nos roubam o futuro que poderíamos ter, sequer percebemos que fomos roubados. Não nos damos conta do que poderíamos ser e por isso mesmo nem nos manifestamos. Não sabemos que estamos sendo roubados, que já fomos roubados.

E, pior ainda, além de não reagirmos a essa usurpação, no mais das vezes apoiamos, solicitamos, exigimos que sejam adotadas medidas que produzirão esse efeito desastroso. Ayn Rand, com sua percepção genial, denominou esse dramático fenômeno de “a sanção da vítima”. As vítimas clamam pelo seu próprio holocausto.

Se quisermos saber o que poderíamos ser, basta olhar para os países mais desenvolvidos. Por que será que um trabalhador americano ou suíço ganha em média dez vez mais que um trabalhador brasileiro? Por ser dez vez mais trabalhador? Dez vezes mais inteligente? Dez vezes mais hábil? Dez vezes mais preparado? Certamente que não. Ganha mais porque tem dez vezes mais capital produtivo à sua disposição. O padrão de vida de uma comunidade, o nível de conforto material de uma sociedade será tanto maior quanto maior for o capital produtivo de que dispõe.

Nosso país tem uma expressiva capacidade de poupança, seja voluntária — depositada nas cadernetas, aplicada nos bancos, nos certificados de depósito, na dívida interna —; ou compulsória — representada pela contribuição ao INPS, ao FGTS, ou pelo empréstimo compulsório —; ou ainda externa — a tão mal usada dívida externa. Tivesse sido essa poupança transformada em capital produtivo, e nosso futuro seria outro. Mas o que foi feito dessa nossa poupança; desse esforço que a nossa sociedade foi capaz de fazer, abstendo-se de consumir no presente, pensando em melhor prover o futuro; dessa confiança que permitiu que nos fosse emprestado um volume considerável de poupança externa?

A poupança compulsória foi consumida em gastos correntes do governo. O INPS, para devolver na aposentadoria o que

um trabalhador recolheu durante 35 anos, tem que usar a contribuição de outro trabalhador que ainda não se aposentou. De outra forma, não teria como pagar. Não se constituiu nenhuma reserva; os recursos das contribuições não foram investidos para gerar renda futura compatível com o encargo da aposentadoria. Foram consumidos em despesas correntes. E, quando sobra algum recurso em caixa, a “previdência” ainda compra centenas de apartamentos! O mesmo se passa no caso dos demais fundos geridos pelo governo; foram todos usados para cobrir déficits do próprio governo.

No caso da poupança voluntária, as coisas não se passam de maneira muito diferente. Grande parte dos recursos depositados em cadernetas ou captados pelos bancos está depositada ou recolhida ao Banco Central, que já usou esses recursos seja como subsídios, seja para cobrir os rombos do sistema financeiro, privado e estatal.

A dívida interna, evidentemente, é um imposto a ser pago pelas gerações futuras. Do que os jovens de hoje forem capazes de no futuro produzir, uma parte já foi gasta hoje, pelo Estado brasileiro. A parcela desses recursos que eventualmente foi investida pelo Estado também precisa ser melhor examinada. Uma boa parte não é investimento produtivo: são as ferrovias, do aço, os programas nucleares etc. etc.; são mero desperdício. A parte que se poderia qualificar como produtiva — uma usina hidrelétrica, por exemplo — certamente contém uma grande dose de desperdício, já que poderia ser feita por custos muitos menores. Basta que se conheça o sistema de concorrência “pública” adotado em nosso país. Vide Ferrovia Norte-Sul.

A dívida externa, que alguns ufanistas pensam ter sido usada para grandes investimentos, também foi usada para consumo. Foi usada para cobrir o déficit na balança comercial, fruto do aumento do preço do petróleo. Em vez de ajustarmos o preço do combustível de forma a torná-lo compatível com a nova realidade, diminuindo assim o seu consumo, fomos a única das grandes economias a aumentar o consumo, apesar de o preço do petróleo ter decuplicado. Foi o tempo da “Ilha da Fantasia”. Agora, não temos evidentemente como pagar uma dívida contraída tão irresponsavelmente.

Se não fosse a intervenção do Estado, se essa poupança pudesse ter sido alocada em obediência às leis do mercado, a nossa situação seria bastante diferente. Isto porque, onde prevalece o regime de mercado, uma empresa não pode se dar ao luxo de fazer investimentos improdutivos. Não pode se dar ao luxo de consumir capital, de não gerar riqueza. Não pode gastar mais do que produz.

Lamentavelmente, a poupança que a nação brasileira foi capaz de gerar já foi consumida pelo Estado. Agora, só poderá ser resgatada pela inflação ou pelo calote. A crise virá. A besteira já foi feita. As consequências são inevitáveis. Para tentar evitá-las, não adianta chamar os militares; seria pior ainda! Muitos dos que defendem essa solução em outras eras se peniticiam amargamente. Deixem o PMDB desfilar todos os seus economistas heterodoxos pelo Ministério da Fazenda; um por um. Só não suprimam as eleições diretas. Até que as vítimas não sancionem mais o seu próprio holocausto; até que as nossas elites e o nosso povo compreendam o equívoco representado pela intervenção do Estado, até que se libere o câmbio e que a atividade econômica seja regida pelas leis do mercado; até que os governantes e os burocratas não tenham mais poder para fazer pacotes e marajás.

Aí, então, o nosso futuro não há de ser mais roubado como vem sendo até agora. Esse dia há de chegar, antes do que você pensa...